



## **A experiência de uma clínica forasteira: algumas considerações<sup>1</sup>**

*The experience of an outsider clinic: some considerations*

**Ana Carolina Perrella**

Orcid: 0000-0002-5742-7107

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo abordar a experiência de uma clínica forasteira, a partir da posição de analista nos coletivos Clínica do Cuidado e da Psicanálise na praça Roosevelt. Interessa-me pensar as singularidades de uma clínica fora do setting analítico tradicional, bem como problematizar a emergência das forças do fora no plano da clínica e seus desdobramentos no "entre" analítico. A aposta que se faz é a de uma clínica que se abre ao acaso, aos riscos e as incertezas da vida urbana, capaz de produzir deslocamentos nos territórios do viver.

### **Palavras-chave**

Clínica. Psicanálise. Experiência. Sofrimento.

### **Abstract**

*This article aims to address the experience of a foreign clinic, starting from the position of analyst in the collectives Clínica do Care and Psychoanalysis in Praça Roosevelt. I am interested in thinking about the singularities of a clinic outside the traditional analytical setting, as well as problematizing the emergence of outside forces in the clinic plan and its consequences in the analytical "between". The bet that is made is that of a clinic that opens itself to chance, to the risks and uncertainties of urban life, capable of producing displacements in the territories of living.*

### **Keywords**

*Clinic. Psychoanalysis. Experience. Suffering.*

1- Este artigo foi escrito a partir da tese de doutorado, intitulada "A experiência de uma clínica da forasteira" (Perrella, 2020).

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

## 1. A escuta de uma vida

Fui para o interior da Amazônia brasileira, em 2016, compondo uma equipe de psicólogos e psicanalistas, denominada Clínica de Cuidado<sup>1</sup>, para trabalhar com os ribeirinhos expulsos de suas terras com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, nas margens do rio Xingu. Ao me deparar com vidas devastadas das mais variadas formas, fui surpreendida com a sabedoria, a delicadeza e a força do povo da floresta que resiste e insiste em viver, mesmo diante de uma brutalidade perpetuada há mais de meio século naquela região.

Ao longo dessa experiência clínica, sentia-me arrastada para um campo de intensidades e à medida que conseguia esvaziar-me de mim o corpo se abria mais à escuta, deixando-se afetar não só pelas vozes que povoam a floresta e pelas singularidades contidas em cada forma de vida, como também pelo turbilhão de sensações.

O encontro com o rio Xingu<sup>2</sup> ajudou-me a escutar as pessoas que vivem ali ou no entorno, pois, ao atravessar o seu leito, tanto a parte “morta” quanto a “viva”, meu corpo foi afetado por seu lamento silencioso e por seu pulsar. É como se a vida, semelhante às águas daquele rio, perdesse o seu movimento e com isso se paralisasse. E para que ela voltasse a ser fluxo e movimento era preciso criar as brechas para que os novos traçados de vida pudessem se compor à experiência vivida.

Após retornar para São Paulo percebo que não volto só, e sim acompanhada por histórias que continuavam, ainda, ressoando em mim. Foi então, pensando em como transformar o que vivi num dizer, que comecei a escrever sobre essa experiência e a contar um pouco daquilo que pude escutar. Enquanto escrevia, compreendia que uma prática clínica atenta às questões sociais e política não podia se encerrar com o término do projeto.

É a vida que esta em jogo nesses tempos sombrios que vivemos, em que o fascismo se expressa das maneiras as mais variadas. Trata-se de uma questão vital. Quantas existências estão sendo exterminadas em nosso dia a dia, seja na cidade, no campo, na floresta amazônica? E como a escuta psicanalítica pode contribuir diante dos efeitos subjetivos devastadores, provocados por situações sociais e políticas críticas?

A partir dessas inquietações, acabei me aproximando de alguns psicanalistas interessados na criação de uma clínica aberta à pulsação da cidade, sem que o dinheiro fosse uma pré-condição para o trabalho. O desejo de fazer algo, diante do avanço dos discursos fascistas e reacionários no país, foi o que nos uniu na formação de um coletivo. Assim, em maio de 2017, começo a participar das discussões do coletivo e, desde então, atuo nesse grupo, que hoje é chamado de Psicanálise na Praça Roosevelt<sup>3</sup>.

1- A iniciativa foi coordenada pela jornalista Eliane Brum, idealizadora do projeto, e pelos psicanalistas Christian Dunker e Ilana Katz. In: Katz, I.; Brum, E.; Dunker, C.. Refugiados de Belo Monte. 2016.

2- Com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte o rio foi represado e desviado por um canal para gerar energia nas turbinas de Belo Monte. Acima da barragem, o rio, quase sem correnteza e vegetação no seu entorno, aliás, sem peixe, foi se transformando num grande lago.

3- O surgimento desse grupo está atrelado às experiências da Clínica Pública de Psicanálise, na Vila Itooró, e da Clínica Aberta de Psicanálise, na Casa do Povo, ambas realizadas na cidade de São Paulo. Atualmente o grupo conta com a participação de dezesseis psicanalistas.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

É nesse contexto que proponho pensar uma clínica forasteira, deslocando a questão inicial da pesquisa de doutorado, qual seja, relacionada à maneira de estar na cidade, a partir da condição de forasteiro, para um modo de fazer uma clínica que transponha os muros do consultório particular, abrindo-se, assim, à vida urbana. Para tanto, recorro à etimologia da palavra forasteiro, com intuito de esgarçá-la e, desse modo, construir novos sentidos e possibilidades quanto ao seu uso.

## 2. A clínica de cuidado, um dispositivo clínico e político

Estima-se que aproximadamente 20 mil pessoas (Katz; Dunker, 2017), incluindo aqui não só a população indígena e ribeirinha como também a população urbana e pobre da cidade, foram atingidas pelos impactos da usina e realocadas em reassentamentos urbanos coletivos (RUCs), localizados na periferia de Altamira.

O processo de remoção dessas pessoas foi extremamente violento, pois além de não terem quase nenhuma informação e orientação sobre os procedimentos, os vínculos afetivos e comunitários foram rompidos ao serem separadas de seus vizinhos, amigos, familiares, enfim, do seu lugar de pertença. Assim, num espaço onde não é possível manter as atividades de subsistência, aliás, distante de tudo, sobretudo do rio, elas não se reconhecem na forma de vida que lhes foi imposta nem, tampouco, conseguem garantir seu sustento.

Foi a partir desse contexto que a estratégia “Clínica de Cuidado” foi criada. Conforme Katz e Dunker (*ibidem*, p. 3), “trata-se de um dispositivo clínico e político de atenção ao sofrimento psíquico, baseado no cuidado a esta população em estado de grave vulnerabilidade social, articulado a experiência territorial”. Esse trabalho foi orientado metodologicamente pela psicanálise, envolvendo um trabalho de escuta e de testemunho junto à comunidade atingida. Tendo em vista que a articulação destas duas funções, escuta e testemunho, concorrem para um reposicionamento do sujeito diante do seu sintoma, privilegia-se também a construção de narrativas de si e do sofrimento, a partir da historização dos processos de produção de seu modo de vida atual (*ibidem*).

Partimos da hipótese de que a construção de Belo Monte produziu uma situação de trauma generalizado nas populações atingidas, impossibilitando a construção de um dizer singular diante do sofrimento e das marcas que se inscreveram naqueles corpos. Tem-se aí “um impedimento do esquecimento, do recalque necessário para separar-se do acontecimento” (Rosa, 2015, p.31). Nessa direção, um acontecimento violento ganha um excesso de consistência à medida que o sujeito encontra “como resposta a repetição do silêncio, a perpetuação da angústia ou o impedimento dos processos subjetivos” (*ibidem*). Assim, ele não é só lançado fora do campo político, como também é impedido de transformar o trauma em experiência compartilhada, experiência esta que o situa em relação a sua própria história e a da sua comunidade.

O processo individual da elaboração do luto supõe uma elaboração coletiva do trauma, uma vez que é por meio de um trabalho de memorização dos eventos sociais e políticos que se torna possível a construção de uma outra narrativa. Isto posto, pode-se pensar que o esquecimento dos fatos históricos acarreta na naturalização da vio-

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

lência e, conseqüentemente, na sua repetição. Diante disso, Khel (2014, p. 311) afirma que “é o trabalho da memória que permite o verdadeiro esquecimento, o desligamento das cargas libidinais fixadas às representações da cena traumática”.

O que se percebe, em especial na região de Altamira, é que a tragédia provocada pela construção da usina não é algo pontual e isolado. Isto porque a tragédia ali se estrutura em forma de repetição, provocando uma espécie de retraumatização em seus habitantes na medida em que as marcas de violência se inscrevem nos corpos e se atualizam a cada episódio de violência. Sem a possibilidade de transmutar essas marcas num dizer, os efeitos doentios causados pela violência do trauma não cessam de atingir e de afetar aqueles corpos, inibindo ou até mesmo paralisando os movimentos de criação do viver.

Aqui vale citar uma série de tragédias ocorridas naquela região, como o ciclo da borracha, a construção da Transamazônica, a grilagem da terra, a exploração da pecuária e da madeira. Há muitos anos a imagem construída em torno da Amazônia, principalmente pelos governantes é a de um deserto verde, um lugar inabitado pronto para ser explorado e desenvolvido. Nesse cenário, muitas vidas foram, e continuam sendo, violentadas e massacradas de inúmeras maneiras, quando não exterminadas. O passado insiste em retornar no presente sem que as pessoas se deem conta desse ciclo de violência, que se perpetua há décadas naquele lugar.

Tendo em vista esse contexto, é importante sublinhar que após a implementação de Belo Monte muitos dos atingidos entraram num processo de adoecimento, sem ao menos contar com um tratamento sensível ao sofrimento da experiência. Ou seja, muitas pessoas impactadas, dados os sintomas psíquicos apresentados, foram diagnosticadas como portadoras de doenças físicas (diabetes, hipertensão, cardiopatias, etc.) ou psiquiátricas (depressão, psicose, ansiedade, etc). O sofrimento, nesse caso, é patologizado e remetido ao campo do privado, desconectando-o da vida social e política, de modo que tanto o Estado quanto o empreendedor (Norte Energia), responsável pela execução da obra, são desresponsabilizados no processo de adoecimento daquelas pessoas (Katz; Brum; Dunker, 2016).

O trauma então é individualizado ao adquirir o caráter de síndrome e/ou transtorno, com efeito, busca-se a todo custo eliminar o sintoma através de práticas medicalizantes. Esse discurso estritamente organicista e biomédico da doença, acaba por psicologizar a vida social na medida em que o “cotidiano é isolado politicamente; as relações de opressão, exploração, dominação são invisibilizadas e atribuídas ao território do psicológico, fazendo parte do psiquismo e da vida interior do indivíduo” (Coimbra; Nascimento, 2018). Nessa perspectiva, o acontecimento é despolitizado e a experiência singular é esvaziada, perdendo-se de vista a dimensão sociopolítica do sofrimento.

Na contramão dessa lógica, compreendemos a vida psíquica entrelaçada aos processos econômicos, políticos, sociais, históricos, midiáticos e tecnológicos e, deste modo, apostamos no exercício de uma clínica atenta às relações de forças que incidem sobre os corpos, engendrando efeitos nos modos de viver e de sofrer. Nesse sentido, aposta-se numa clínica que não se ensurdece às singularidades do território e ao sofrimento singular de cada um.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

É nessa direção que uma clínica, enquanto prática ética e política, envolve o ato de sustentar uma escuta sensível ao sofrimento da experiência, capaz de propiciar, àquele que sofre, a transformação da memória traumática em narrativa para que, desse modo, outras histórias possam ser tecidas, abrindo assim outras possibilidades de futuro. Mas, de acordo com Gondar e Antonelli (2016), a questão do traumático na clínica psicanalítica põe em jogo não só uma narrativa e sua escuta, como também o endereçamento dessa escuta a alguém de fora. Nas palavras de Gagnebin (2016, p. 57), essa pessoa que escuta é também uma testemunha do acontecimento traumático, por ser aquela que “não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro”.

Gondar e Antonelli (2016) dão um passo além quando pontuam sobre a importância do analista, como testemunha, de suportar a indeterminação presente no “entre” analítico, diante da impossibilidade do paciente em narrar aquilo que ainda é da ordem do inenarrável. O analista, assim, ao suportar a contínua passagem entre a palavra e o silêncio, permite-se reconhecer o sofrimento do outro e acompanhar os deslocamentos subjetivos que tal travessia produz. Mas isso não quer dizer que o analista se identificará com o outro, tampouco, irá reforçar naquele que sofre uma posição de vítima, fazendo assim da prática analítica uma experiência de alienação, pelo contrário, ele acompanhará as variações afetivas, permitindo não só se afetar por elas, mas também se modificar.

A partir do exposto, é importante dizer que o trabalho da Clínica do Cuidado lançou desafios e exigiu intervenções específicas e não-convencionais. Ou seja, abandonou-se os elementos presentes num enquadramento clínico tradicional, como, por exemplo, o consultório privado, a poltrona e o divã, ao mesmo tempo que se inventou outras maneiras de fazer uma clínica. Porém, ainda que todos os elementos do setting clássico estivessem suspensos, como vimos, a ética da psicanálise, reguladora da clínica, se manteve na sustentação da realização desta clínica.

Sobre o aspecto inventivo de tal prática, vale mencionar que os atendimentos clínicos foram realizados nos espaços de vida cotidiana das pessoas, ou seja, em suas próprias moradias, fossem estas nas ilhas e beiradões do Xingu, ou nos reassentamentos coletivos urbanos (RUCs), na zona rural etc. Tais atendimentos eram feitos sempre por uma dupla de analistas, já que partimos da idéia de que transferência pudesse se diluir entre os clínicos e, assim, se destinar ao próprio território. Além disso, apostou-se em intervenções que visassem a potencialização do território, a partir de reuniões com os movimentos sociais, a rede pública de saúde, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

## 2.1 A clausura de uma vida

Eram três horas da tarde, o dia estava muito quente e não avistávamos no Água Boa<sup>4</sup> nenhuma árvore que pudesse nos servir de refúgio. Sentíamos-nos um tanto perdidos e confusos diante daquelas casas todas iguais, e não havia uma pessoa sequer na rua para nos ajudar a localizar o endereço procurado.

Após algum tempo perambulando pelas ruas do bairro, encontramos a casa que procurávamos, que estava toda fechada. Batemos várias vezes na porta e só tivemos a certeza que havia gente quando escutamos algumas vozes vindas do seu interior. Foi então que uma senhora de um 60 e poucos anos, de estatura baixa, pele negra, abriu a porta da casa, nos convidando para entrar. Logo que entramos, a senhora fechou rapidamente a porta, com um ar assustado. Reparámos que as janelas laterais também estavam fechadas, impedindo que a luz e o ar entrassem. A casa parecia uma pequena cela.

Já me sentia esfaçada com o calor da rua, e agora, com a quentura da casa toda fechada, sabia que não aguentaria muito mais tempo. Sentia-me sufocada. E foi a partir de um mal-estar que invadiu meu corpo que a conversa com ela se iniciou, já que esse afeto disparou em mim uma necessidade de compreender como era possível viver de uma forma tão encarcerada, e como esse modo de vida enclausurado e asfíxiante a afetava. Apostávamos que essas questões seriam o fio condutor do nosso primeiro encontro com Dona Clô. Entretanto, antes de a conversa prosseguir, perguntei se era possível abrir um pouco a janela, por conta do calor. Ela, então, abre uma pequena fresta da vidraça e retruca: "estou tão acostumada a ficar nessa casa toda fechada que nem havia notado que o sol lá fora está tão forte".

Dona Clô, como era conhecida por seus vizinhos onde morava antes, traz em seu corpo as marcas do medo e da insegurança provocadas por uma vida encerrada em si mesma. Seu olhar cabisbaixo e sua feição de tristeza denunciavam que algo em seu cotidiano não anda muito bem. Na Água Boa, não conhece ninguém, pois todos que vivem nesse bairro são figuras estranhas para ela, ao contrário de quando morava nas casas de palafitas, onde passava a maior parte do tempo do lado de fora, na porta de sua casa, conversando com seus vizinhos e conhecidos. O interessante é que, ao se lembrar dessa parte de sua história, ela abre um sorriso tímido para nós, e fala: "vizinho é aquele que cuida da gente, da casa do outro, e que a gente sente confiança. Uma amizade que se constrói durante anos de convívio".

Desde que mudou para a Água Boa, sua vida se restringe a alguns cômodos da casa. Conta que passa a maior parte do dia sozinha, escutando rádio ou assistindo a televisão, deitada no sofá, quando não na cama, sempre à espera de seus dois filhos que só chegam em casa à noite, depois do trabalho. A solidão a perturba, aperta o peito e dá um nó na garganta. Às vezes, pensa em acabar com o seu sofrimento tirando a sua própria vida, mas logo vem a imagem de seus filhos e netos, e daí ela desiste da ideia. Dona Clô diz: "sempre tive medo da solidão e agora vivendo aqui, isolada do mundo, dos meus amigos e familiares, todo dia ela bate na minha porta."

4- Nome fictício dado a um dos conjuntos habitacionais construídos em Altamira para "realocar" os atingidos por Belo Monte.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

Mas os ruídos de fora também a assustam. Já escutou muitas notícias na rádio sobre o aumento da violência em Altamira, principalmente nos RUCs. Inclusive, um dia desses viu na televisão que Altamira foi considerada a cidade mais violenta do país<sup>5</sup>. Recordar-se que, logo no início, quando se mudou para lá, ouvia frequentemente tiros a qualquer hora do dia ou da noite. Descobriu mais tarde, que muitos traficantes de diferentes facções foram “realocados” na Água Boa, mas, com a morte de alguns deles, a empresa Norte Energia tomou a iniciativa de distribuí-los em diferentes conjuntos habitacionais. Entretanto, mesmo sem o barulho de tiros, Dona Clô vive assustada, pois o medo e a tensão constante fazem parte de seu cotidiano.

É importante dizer que muitos outros elementos compuseram a história de Dona Clô. Por sinal, uma história de vida difícil, acompanhada de muita luta, força e movimentos. Aos dezenove anos, quando morava nas margens do rio Iriri, conheceu um garimpeiro e logo depois casou-se, tendo com ele três filhos. Numa das vezes em que seu marido saiu para trabalhar, ele desapareceu e nunca mais voltou para casa. Ela, na época, carregava em seu ventre o terceiro filho. Ela o esperou por muito tempo, “presa” nesse amor, até que se deu conta que já havia se passado três anos.

Resolveu então morar com sua mãe, junto de seus filhos, nas margens do Xingu. Começou a pescar e a lavar roupa no rio para garantir o sustento de sua família. Nesse ínterim, seis meses após a morte de sua mãe, conheceu o seu segundo marido, o Juvenal, e foi com ele morar no Baixão<sup>6</sup>. Deste relacionamento, teve mais quatro filhos, permanecendo casada durante dez anos.

Passou por maus bocados com o seu segundo marido. O amor mais uma vez a aprisionava, a mantinha como refém. Como o Juvenal sentia muito ciúmes dela, Dona Clô raramente saía de casa para evitar desavenças entre eles. Passava a maior parte do tempo enclausurada em sua moradia, restrita aos afazeres domésticos. As brigas entre o casal eram frequentes e, nesses momentos, ele a agredia verbalmente. Como ela mesmo diz, “ele me machucava de palavras e não de pancada”. Até que chegou um dia em que, após uma discussão entre eles, o Juvenal pegou suas coisas e nunca mais voltou para casa. Dona Clô, então, se viu novamente sozinha, mas dessa vez com sete filhos para criar. Ao mesmo tempo que sentia-se abandonada, sentia-se livre para viver a sua vida. Continuou lavando roupa e pescando no rio, e tempos depois seus filhos mais velhos passaram a ajudá-la no sustento da família.

Desse modo, pôde realizar o sonho de aprender a ler e a escrever. Matriculou-se numa escola perto do Baixão, e toda noite se enfeitava e saía de casa para estudar. Lá se tornou uma mulher letrada, e também uma pessoa querida por muitos que a conheceram. Conta que seu maior passatempo era escrever cartas para seus amigos, professores e parentes distantes. Nesse instante, ela vai até o quarto e pega uma caixa de sapatos. Ao abri-la, mostra as cartas de amor que escreveu para o seu primeiro marido, que partiu

5- “Segundo o Observatório de Homicídios do Instituto Igarapé, com base em dados de 2015, Altamira apresenta uma taxa de 124,6 mortes por 100 mil habitantes. Para compreender o que isso significa, vale comparar com o índice do Rio de Janeiro: 21,8 mortes por 100 mil habitantes. Parte tanto do aumento da população como da violência é atribuída à construção de Belo Monte, que atraiu milhares de pessoas a uma cidade sem infraestrutura e provocou uma profunda desorganização social”. In Brum, E. *Vidas barradas de Belo Monte*, 2018.

6- Bairro de Altamira onde as casas são de palafita, localizado na beira do Rio Xingu.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

sem ao menos dizer adeus. Dona Clô encontrou uma maneira de poder dizer, através das cartas, tudo aquilo que estava aprisionado dentro de si, algo que nunca pôde ser dito.

Com a construção da barragem de Belo Monte, a escrita de cartas já não faz mais parte do seu dia a dia. As palavras foram barradas, tal qual a água. Desde que foi morar na Água Boa, não escreveu mais nada, nenhuma linha sequer, inclusive nunca mais foi à escola<sup>7</sup>. Recordar-se da cena que presenciou, no dia em que foi expulsa do Baixão, quando o trator passou por cima das casas destruindo em segundos toda a vida que havia ali. Para ela, foi muito difícil ver o lugar onde viveu por trinta anos sendo devastado num piscar de olhos e se tornar um amontoado de escombros. Como a sua casa, seu dizer também foi soterrado, sufocando assim o pulsar da vida.

De lá para cá, seu corpo sucumbiu, e, aos poucos, foi perdendo sua saúde e vitalidade. Vida barrada por Belo Monte. É no corpo que os efeitos dessa barragem se instalam. Como ela mesmo diz: “só vivo doente, sinto dor no umbigo, dor no pé, dor no joelho. Começou tudo aqui, não sei porque, depois que vim parar nesse lugar fiquei assim, cheia de dores. Não tinha nada lá, a água do rio me curava”. Hoje, não consegue ver saída para o seu sofrimento. Sente que lhe falta força para cuidar de si, “o corpo fica sem coragem”.

À medida que escutava a sua história, perguntava-me como dar passagem aos fluxos da vida obstruídos pela barragem. A escuta possibilitava a Dona Clô narrar a sua própria história e encontrar um dizer para aquilo que a afligia e a fazia sofrer. Ela mesma, ao longo dos encontros, se dava conta da força que habitava o seu corpo, já que em vários momentos de sua vida conseguiu traçar desvios diante de um modo de viver aprisionado. Ou seja, ao mesmo tempo que a existência era sufocada, a vida resistia e insistia em germinar. Ora, não seria esse o trabalho da clínica, o de acompanhar os fluxos, as forças, ou ainda, os movimentos do viver?

Mas, dessa vez, o sofrimento vivido tinha contornos específicos, já que o sufocamento da vida era decorrente de inúmeras violências, em especial a do próprio Estado, produzidas a partir da construção de Belo Monte. Agora, seu corpo encontrava-se tomado por uma paralisia, no limite de uma impotência. E sua casa toda fechada era um vestígio de uma vida que se enclausurava, dia após dia, na solidão, no medo e na tristeza.

Nosso último encontro chegou ao fim. Será que as questões surgidas, ao longo dos atendimentos, possibilitariam um mínimo de abertura em seu cotidiano? De fato, aquela vida enclausurada produzia em mim afetos, ora um sufocamento ora uma impotência. É no entre os corpos que algo se passa no exercício da clínica. Quais seriam os efeitos do nosso encontro na vida de Dona Clô?

### 3. Uma passagem: carta para o Xingu

Quase quatro se passaram desde que voltei de Altamira. Tenho pensado muito em vocês ao acompanhar as notícias sobre o aumento expressivo da desmatção da

7- No Água Boa, ainda não foi construída nenhuma escola. Os moradores desse bairro têm muita dificuldade em acessar esse serviço, já que o transporte público também é inexistente.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

Amazônica e do genocídio dos povos da floresta. Às vezes, me pego assustada e com medo quando penso no que pode acontecer daqui para frente, principalmente com vocês, habitantes da região Amazônica. Pensando em tudo isso, em vocês, nesse momento sombrio de nosso país, em que a pandemia do Covid-19 tem produzido milhares de mortes, que resolvi escrever essa carta. Uma maneira talvez, de estar perto, de pensar na companhia de vocês.

Logo que cheguei a São Paulo, notei que as palavras ainda não tinham força o bastante para afirmar um dizer diante da experiência vivida aí. Um corpo cheio de marcas, era assim que me sentia ao escutar histórias que davam notícias de vidas que insistiam em resistir e se reinventar diante da brutalidade perpetuada há mais de meio século na região Amazônica. Pude conhecer, assim, a partir dos dizeres de vocês, uma outra história acerca desse lugar que não aquela oficial e universal transmitida pelos livros e veículos de comunicação. História de um povo deserdado, marcada por lutas, perdas, astúcias e pela invenção incessante de uma terra para si.

Mas, ao ouvir suas histórias, pude escutar também ecos de vozes silenciadas, que se tornaram inaudíveis em meio à violência que se abateu sobre seus corpos. Ao voltar daí, percebo que não volto só, e sim acompanhada por essas vozes que continuam, ainda, ressoando em mim. Sentia que precisava fazer algo, embora não soubesse ainda o que. Mas uma coisa era certa, tudo em mim parecia mudar, impedindo-me de continuar a ser quem eu vinha sendo.

Foi então, pensando em como transformar o que vivi num dizer, que comecei a escrever sobre essa experiência e a contar, ao meu modo, um pouco das histórias que vocês me trouxeram quando estive no Xingu: uma maneira que encontrei de romper o silêncio das palavras, dando corpo às tantas vozes a partir da escrita. Posso afirmar de saída que não fiz um simples relato de uma experiência pessoal, pelo contrário, esses escritos cumprem, acredito, uma função política, na medida em que contribuem para que as vozes escutadas não sejam novamente silenciadas, abafadas, tampouco esquecidas. Como disse o Sr. João, num dos encontros que tive com ele, a respeito da Clínica de Cuidado: “[...]. Os filhos de Altamira estão esquecidos e vocês estão fazendo memória”<sup>8</sup>.

Fiquei pensando, durante um tempo, no que o Sr. João me falou. Mas o que é fazer memória? O que me vem à cabeça, quando penso sobre isso, é uma luta contra um certo tipo de esquecimento que contribui para que outras atrocidades aconteçam novamente. Ficou muito claro para mim que a violência nessa região não se inicia com a construção de Belo Monte, longe disso, ela parece ter se entranhado na floresta desde que a terra passou a ser vista como um grande negócio. E pelo que vocês contam, isso não é de hoje e, nesse sentido, o passado não para de se fazer presente.

Ao mesmo tempo, ao escutá-los, fiquei com a sensação de que há um esquecimento valioso e necessário à vida, pois ele contribui para a criação de uma outra história. Pude acompanhar de perto, durante o pouco tempo que aí permaneci, o quanto foi difícil para vocês serem arrancados de suas terras e jogados num lugar onde não se

8- Comentário feito por uma ribeirinha durante a visita de dois profissionais da Clínica de Cuidado. Material extraído no Colóquio “A Psicanálise nos espaços públicos”.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

reconheciam e ao qual não pertenciam. E me chamou muito atenção a luta travada por cada um para inventar uma terra para si. A coragem de enfrentar o presente e a força de se recompor diante de uma situação devastadora me fez pensar que, tanto eu quanto o povo daqui, temos muito a aprender com vocês, principalmente quando falamos de resistência nos dias de hoje.

Ao me aproximar das histórias de vocês, me dei conta de que a luta para inventar uma terra à qual seja possível pertencer e na qual se possa viver também diz, na realidade, muito de mim e de muitas pessoas que vivem em São Paulo. Voltei daí pensando muito sobre a importância de se aterrar, de se vincular a uma terra e nela se movimentar, talvez por isso aquela necessidade de sair vagando pelos lugares não faça mais sentido para mim. Noto que tenho conseguido criar um chão nessa cidade, apesar de todas as dificuldades presentes no cotidiano.

O viver aqui é bastante corrido e, às vezes, muito estressante. Aqui, nossos olhos não veem um horizonte, pois vivemos rodeados por um mar de concreto e fios. Há muitos anos, essa cidade era cheia de rios e córregos, mas quase todos foram soterrados para dar lugar à construção de viadutos, avenidas largas e prédios enormes. E o tempo passa tão ligeiro que o cotidiano, sem nos darmos conta, se torna automático. As pessoas, geralmente, andam apressadas pelas ruas, sem olhar, muito menos conversar com os outros. As ruas acabam se tornando um lugar de passagem, ao invés de um local de encontro. Além do mais, não é raro a gente se deparar com edifícios e casas muradas, cheias de grades e com câmeras de vigilância.

Nessa cidade, muita gente se queixa da solidão e do medo da violência. As pessoas vivem num estado permanente de tensão, já que são vários os tipos de violência que as pessoas podem sofrer, inclusive, quando se mora numa região periférica. É claro que se trata de violências diferentes, mas percebo que há algo em comum entre os habitantes daqui e os daí, apesar de não termos vivido diretamente os impactos produzidos pela construção de Belo Monte.

Hoje noto que São Paulo e Altamira não são lugares tão distantes assim. Aliás com a pandemia, a distância entre essas cidades se encurtou ainda mais. Percebo que um trauma coletivo se instalou por todos os cantos de nosso país, como também pelo mundo afora. Mas aqui no Brasil a propagação do Covid-19 apresenta características próprias, principalmente, por conta da falta de apoio e do negacionismo de nossos governantes, e por atingir, numa proporção muito maior, uma população bem específica. Fiquei muito triste em saber que o coronavírus se alastrou rapidamente entre as populações indígenas, produzindo milhares de mortes. De fato, esse vírus revelou o que há muito tempo vem acontecendo em nosso país: índios e negros vivem uma longa história de extermínio. Não se trata de uma gripezinha, e sim de um genocídio da população indígena, negra e pobre.

Na periferia de São Paulo, onde a infraestrutura é muito precária, a situação também se mostrou bem grave. A maioria das pessoas não teve a opção de trabalhar em casa, muito menos, de deixar o trabalho para se manter em isolamento social. Essas pessoas acabam se tornando mais propensas a contrair o vírus e, na maioria das vezes, estão entregues à própria sorte. Aqui, milhões de pessoas já morreram por conta da

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

Covid-19 e muitas famílias não puderam viver o luto de seus entes queridos.

Certamente, quando a doença não é reconhecida ou a morte é banalizada, o luto se torna ainda mais difícil. Num país, onde a dor não tem espaço, a vida vai sucumbindo e perdendo a força. Percebo que tanto aí quanto aqui a nossa luta não é somente barrar uma violência que se perpetua há mais de quinhentos anos, mas é, antes de tudo, continuar existindo. Lutemos.

#### 4. A experiência de uma clínica-praça em São Paulo

Logo que retornei da viagem para a Amazônia, percebi em mim o desejo por uma clínica que extrapolasse os muros do consultório e que fosse produzida em conexão com a vida na cidade. Na época, recordo-me que estava em curso o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e o clima no país era de muita aflição e preocupação com a possibilidade de haver um golpe parlamentar. Questionava-me sobre o que fazer naquele momento, já que gritar palavras de ordem nas manifestações não era suficiente para produzir saídas diante de um viver tomado pelo medo e pela insegurança.

Quase um ano depois, tendo o golpe já ocorrido, começo a participar das discussões do coletivo e, desde então, atuo nesse grupo, que hoje é chamado de Psicanálise na Praça Roosevelt. Atualmente, esse grupo conta com a participação de dezesseis psicanalistas, de diferentes orientações teórico-clínicas. Além dos atendimentos que acontecem todos os sábados na praça, o coletivo se reúne uma vez por semana para discutir os casos clínicos e, eventualmente, fazer a leitura de textos que nos ajudam a pensar o próprio trabalho.

A proposta de trabalho do coletivo baseia-se na criação de uma clínica aberta à vida urbana, de forma permanente, sem a mediação do dinheiro. Nesse sentido, aposta-se numa clínica não monetarizada, que está disponível a qualquer um, portanto, mais acessível a uma população menos favorecida. De certa forma, descentralizar o dinheiro no vínculo analista-analisando é um ato político, guiado pelo desejo de resistência à massificação neoliberal, sem o intuito de fazer desse trabalho uma doação, caridade ou filantropia.

Além disso, o fato de a intervenção clínica acontecer num espaço público, em São Paulo, é uma forma de resistir também aos processos de gentrificação que atravessam fortemente hoje a cidade, em especial, a Praça Roosevelt. Ao ocuparmos esta praça, buscamos assim desestabilizar um uso utilitarista e privatista que se faz do espaço público, criando bifurcações na vida urbana esvaziada de experiências, de encontros. Todos os sábados, ao invés do divã e das poltronas, cadeiras de praia são colocadas em alguns cantos da praça. Neste espaço não há portas, paredes, nem janelas. Uma clínica, então, aberta à cidade, que faz corpo com a própria praça.

Mas, atualmente, com a grave pandemia do coronavírus essa clínica-praça se vê confinada a um espaço privado à medida que se impôs a necessidade do isolamento e do distanciamento social. Com efeito, os atendimentos clínicos passaram para um

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

formato online, assim como as reuniões do grupo. Nos vimos então atuando em meio a um trauma coletivo, situação extrema que afeta tanto o paciente quanto o analista.

Tal situação além de instalar um mal-estar no grupo, a partir das mudanças ocorridas na vida singular e coletiva, provocou também alguns questionamentos acerca da continuidade do trabalho. Indagávamos se o que caracteriza nosso trabalho é o exercício de uma clínica no espaço público, então a realização dos atendimentos clínicos num espaço virtual não desconfiguraria por completo nosso fazer? Ou ainda, é possível sustentar uma prática clínica no espaço público num setting virtual?

A princípio não tínhamos resposta para tantas inquietações, porém, ao longo do trabalho fomos percebendo que era preciso elaborarmos o luto decorrente não só da perda da praça enquanto espaço analítico, mas também de tudo aquilo que é produzido a partir da composição clínica-praça. Noutras palavras, é uma zona de intensidade, de circulação do desejo que se perde quando o coletivo se distancia da praça. Mas, que tipo de intensidades podemos circular no trabalho online?

Mas à medida que o mal-estar ganha uma nomeação, o coletivo se autoriza a se reinventar e a pensar na criação de um outro enquadre de trabalho. Vale a pena ressaltar aqui que, logo no início da pandemia, os atendimentos online foram disponibilizados para as pessoas de todo o país. Mas, em função de uma enorme procura e de um excesso de trabalho por parte dos analistas, o grupo decidiu circunscrever os atendimentos somente àquelas que residem na cidade de São Paulo ou no seu entorno.

Notamos que, a cada atendimento realizado, o setting analítico vai sendo construído na própria sessão. O laço analítico construído com cada paciente, a seu modo, cria um espaço que lhe é próprio, espaço tal que o permite falar de suas questões. Temos notado uma variabilidade na invenção e construção de settings, aliás, já aconteceu de alguns analisandos, na busca por um espaço com maior privacidade, optarem fazer a sessão dentro de um carro ou, até mesmo, dentro de um banheiro.

Outra expressão do contexto de pandemia concerne a uma grande invasão de elementos da realidade no setting. Com frequência os pacientes perguntavam como o analista estava, ou ainda, apresentavam suas casas e também seus animais de estimação. Além disso, não era raro acontecer alguma troca de comentários sobre a situação política atual. Mas, aos poucos, a singularidade ganhava espaço, a situação coletiva se imiscuia na singularidade do sujeito e, no decorrer das sessões, observávamos que o trauma social adquiria sentidos diferentes nas experiências de cada um, ganhando tonalidades e colorações peculiares.

#### 4.1 Atrás das cortinas

Em dias de sol, a Praça Roosevelt fica bastante cheia e muitas pessoas acabam procurando pelo coletivo. Após finalizar o primeiro atendimento, procuro por Eliete, a próxima pessoa da lista. Chamo duas vezes pelo nome, até que uma mulher dos seus trinta e poucos anos, negra, alta, cabelos alisados, perto de um dos cafés da praça, levanta a mão timidamente.

Ao nos acomodar nas cadeiras, no canto direito da praça, Eliete comenta que é a

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

primeira vez que procura o coletivo e por isso estava se sentindo um pouco sem jeito com a situação. Num tom de voz baixo, ela inclina o corpo para mim e diz que sua história foi apagada logo quando nasceu, sobrando apenas rastros dela: filha de uma mulher nordestina que teve cinco filhos, sendo quatro mulheres e um homem, ela é a única negra de uma família branca. Seu pai, ela nunca o conheceu, aliás, a identidade dele é um segredo mantido por sua mãe a sete chaves. Conta, inclusive, que todos os irmãos são filhos de pais diferentes e que sua mãe os criou sozinha, sem o apoio de ninguém, com a força do trabalho como empregada doméstica.

Desde pequena, sentia-se inferior aos irmãos brancos, já que no cotidiano de sua própria família se erguiam muros “invisíveis”, produzindo assim a exclusão e a separação entre ela e seus familiares. Nesse instante, Eliete, com uma expressão triste, diz: “Sinto-me como se eu tivesse num palco, atrás das cortinas, e eu não pudesse aparecer”. O racismo, então, se instaurava nas entranhas das relações familiares. A cada dia, os laços de pertencimento se afrouxavam e se desmanchavam, fazendo com que se sentisse uma estrangeira naquela casa.

Contudo, para poder existir e, assim, não desaparecer, acabou vivendo uma vida, ou melhor, “representando um papel”, como ela mesma diz, alinhado com as expectativas da mãe, e mais tarde com as da própria sociedade. Eliete cuidava como ninguém da casa e dos irmãos no afã de conseguir o olhar, o respeito e o carinho da mãe. Nesse movimento, passou a ser uma filha perfeita, prestativa, boazinha, diferentemente dos irmãos, que sempre deram muito trabalho para sua mãe. Porém, todo seu esforço ainda era insuficiente para ganhar o amor da mãe, que exigia dela sempre mais.

Mais tarde, também se vê oprimida e desvalorizada, principalmente por frequentar universos predominantemente masculinos, como a faculdade de engenharia e a empresa onde trabalha atualmente. Neste lugar, se envolveu com um colega de profissão, casado, com quem mantém há quatro anos um contato íntimo e frequente. Porém, tal relação tem lhe trazido muita angústia e sofrimento, já que não sente que seu amor é correspondido. Ao falar sobre isso, seu corpo se retrai e sua voz embarga, mas ela insiste em continuar. Mesmo vivendo uma relação em que se sente desprezada, ela não consegue romper com ele, tampouco dizer que a situação vivida tem lhe produzido bastante sofrimento. Assim, o medo de desagradar ou de não corresponder à expectativa do outro transformava seu sofrer em algo silenciado e solitário.

No momento em que fala do seu relacionamento amoroso, ela chora. E enxugando o rosto com as mãos, começa a dizer que ele não a quer pelo fato de ela não ser bonita e de ter a pele negra. “Acho que ele me vê como uma mulher boa para o sexo e para relações superficiais, mas não para o casamento”, ela comenta. Um dia desses, acrescentou, ele a chamou de gorda e disse que precisava controlar sua alimentação.

Na sequência, pergunto como ela o vê. Um pouco desconcertada com a pergunta, ela permanece um tempo pensativa e, logo depois, diz: “minutos atrás responderia que ele é inteligente, bom de papo e bonito. Mas, nesse exato momento, conversando com você, começo a perceber que ele quer mudar minhas roupas, meu corpo, e me fazer parecer com mulheres que acha bonita”. Aliás, conta que passou a alisar o cabelo depois que começou a sair com ele.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

Ao escutar a dor de Eliete, outras vozes femininas ecoavam em seu dizer, principalmente as das mulheres negras cujos corpos são marcados pelas inúmeras políticas de dominação e de extermínio da vida. Para poder existir no mundo, Eliete acabou aceitando algumas situações que, hoje, se tornaram insustentáveis. De fato, parecia que ela já não se reconhecia mais naquele corpo que, durante grande parte de sua vida, esteve a serviço da docilidade e da normatização.

À medida que vai contando sua história, o desejo vai emitindo faíscas e ela começa então a pensar noutros caminhos possíveis, sem, no entanto, embarcar num discurso vitimizador. Notava que esse espaço de escuta estava sendo importante para Eliete, porém não sabia se retornaria novamente. Apostava que alguns deslocamentos haviam sido produzidos nela, instaurando-se assim outros arranjos de composições.

### 5. Por uma clínica forasteira

Para pensar uma clínica forasteira, recorro à etimologia da palavra, com o intuito de esgarçá-la e, deste modo, construir novos sentidos e possibilidades quanto ao seu uso. O termo forasteiro<sup>9</sup> tem sua formação no latim foraneus, “exterior, do lado de fora”, de foris, “fora”, que significa alguém estranho ao ambiente. Diz-se que esta palavra deriva do mesmo radical que forma a palavra floresta<sup>10</sup>, que vem do termo latino forestis, adjetivo derivado também de foris (fora). A expressão silva forestis, que poderíamos traduzir como “mata exterior”, designava o território fora dos limites das áreas comunitárias onde somente o rei tinha o direito de caçar e explorar a madeira.

Há aí dois sentidos que o termo forasteiro carrega e que considero importantes para compreender a prática à qual me refiro. O primeiro diz respeito à aproximação que se faz entre as palavras forasteiro e floresta. Apesar de o termo floresta designar um território exclusivo do rei, proponho aqui ultrapassar essa concepção privilegiando a ideia de fora dos limites da área comunitária, tomando-o desde um fora dos limites do consultório. Ou seja, interessa-me pensar uma clínica que atua para fora do espaço privado e que se constrói nas tensões do cotidiano.

Por mais que nesse trabalho se enfatize experiências clínicas fora do setting tradicional e que se reconheça diferenças entre a clínica exercida no espaço urbano e no consultório privado, há de se levar em consideração que essas práticas se avizinham. Não se trata de anular os traços singulares de cada uma delas, e sim de afirmar a existência de uma zona de vizinhança. Ou seja, apesar de haver diferenças entre essas práticas, ainda assim se trata do campo da clínica. Aqui, situo a clínica num plano de forças, uma vez que a construção de novos territórios do viver implica num combate às formas instituídas que engessam e aprisionam os modos de existência. Para Rolnik (1997), o trabalho de qualquer prática clínica é, portanto, o de encontrar formas de desdomesticar as forças e de relançar a noção de processualidade como constante

9- Origem da palavra. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/palavras/forasteiro/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

10-Dicionário etimológico. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/floresta/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

transformação em detrimento do estável modelo identitário.

Já o segundo sentido da palavra forasteiro concerne à ideia de “exterior, do lado de fora”, alguém estranho ao ambiente, que não pertence ao lugar ou que não se sente pertencente a ele. Indo mais além, tomo emprestado aqui o conceito de Fora<sup>11</sup>, tal como Deleuze (2013) o apresenta, para aprofundar essa questão. Esse autor, a partir de Foucault, diz que o fora concerne ao não estratificado, ao sem forma, ao devir e às forças selvagens ainda não atualizadas. O Fora remete à forças na sua mais alta potência, por isso não deve ser confundido com um exterior que é oposto a um interior. O Fora, nesse sentido, é o mais longínquo que todo o mundo exterior, porém mais próximo que todo mundo interior.

Deleuze ressalta que o que pertence ao lado de Fora é a força, que, em sua essência, está sempre em relação com outras forças e, em si mesma, é inseparável do poder de afetar e de ser afetada por outras forças. Quando as forças que vêm do lado de fora são liberadas, uma vez que elas só existem em estado de agitação, de instabilidade e de mistura, e ligadas a outras forças, novas combinações e composições podem surgir, oportunizando a irrupção de pontos singulares que, ao se atualizarem nos estratos, tornam possível uma mudança. Nesse sentido, o lado de fora “é sempre a abertura de um futuro, com o qual nada acaba, pois nada nunca começou “tudo apenas se metamorfoseia” (ibidem, 2013, p. 108). As forças do Fora dispõem de uma capacidade de resistência, à medida que elas entram em outras relações e dentro de outras composições, abrindo assim um campo de possíveis.

Podemos dizer, então, que é do Fora que as linhas de força emergem e atravessam um território, desestabilizando as formações estratificadas e os sistemas que visam a conservação do poder. Com isso, outras políticas de existência são engendradas. O filósofo acrescenta ainda que a subjetivação se faz no momento em que o lado de fora se dobra e escava um si, constituindo um lado de dentro coexistente ao próprio Fora. A dobra, deste modo, envolve sempre uma “relação com outras forças” (ibidem, 2013, p. 8).

Pelbart (2009) afirma que a subjetividade, nesse sentido, concerne à constituição de um certo território, sendo derivada de um recurvamento sobre si das forças do Fora, cristalizando-se numa dobra. Contudo, as dobraduras são variáveis, inclusive se fazem em ritmos e velocidades diferentes, e suas variações constituem formas de subjetivação. O que é preciso colocar, então, é que haverá sempre uma relação consigo que não cessa de resistir aos códigos e aos poderes. Noutros termos, “a subjetivação, a relação consigo, não deixa de se fazer, mas se metamorfoseando, mudando de modo” (Deleuze, 2013, p. 111).

A produção de si, entretanto, não se refere a uma interioridade encerrada em si mesma, sequer a algo independente do campo social. Aliás, não há separação entre o Dentro e o Fora, já que é com o Fora que o si se reconfigura, se redobra e se reproduz. O si, aqui, é entendido como uma multiplicidade de forças, e, por isso, não constitui “uma

11 - Este conceito foi criado por Blanchot, embora esse tema exerça uma enorme influência no pensamento de Foucault e de Deleuze. Neste trabalho será explorado a noção do fora na perspectiva foucaultiana, partir do Deleuze.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

profundeza, uma espessura recolhida em si" (ibidem, p. 104). Logo, a produção de si consiste num processo singular que não coincide com o individual e nem o pessoal.

Nessa direção, a experiência do Fora instaura um campo de batalha, de enfrentamento, conforme rompe com os limites do eu, com uma forma de vida estática, padronizada e reduzida aos modelos universais. Porém, a relação com o Fora nem sempre garante e/ou sustenta a criação de outras composições existenciais. Porque abrir-se às linhas do fora implica a constituição de "uma zona vivível onde seja possível alojar-se, enfrentar, apoiar-se, respirar – em suma, pensar. Curvar a linha para conseguir viver sobre ela, com ela: questão de vida e de morte" (Deleuze, 2010, p. 142). Nesse sentido, vergar a linha do fora, isto é, produzir uma dobra, não é encontrar uma maneira de blindar o corpo às forças caóticas que desassossegam e desalinham o viver, mas é conseguir habitar a estranheza e a vertigem provocadas pelas dobras do mundo no corpo, dando passagem a uma vida por vir.

Porém, Pelbart (2009) afirma que nesse processo há o risco de se escancarar o corpo ao turbilhão de forças selvagens, sem que uma dobra se produza. Tem-se, então, um enclausuramento do Fora num dentro absoluto, sucumbindo o corpo à loucura. Como manter uma abertura a esse fora sem sucumbir a ela? Talvez, uma saída interessante seria pensar que existem modalidades distintas de relação com o Fora.

Aqui, insiste-se na possibilidade de uma travessia, de um vai e vem com o Fora, ou até mesmo de um perder-se nele. Até porque esse trânsito com o Fora é algo urgente e imprescindível, diante dos modos de subjetivação dominante guiados por interesses neoliberais capazes de estabilizar e de estancar a potência vital. Esses movimentos que atravessam a relação com o Fora e que, por sua vez, incidem na passagem de um modo de subjetivação para outro, decorrem principalmente da combinação entre velocidade e lentidão.

Isto porque, de acordo com Deleuze (2010), o lado de fora é uma zona de turbulência na qual linhas violentas e mortais, sem contorno, não param de se movimentar em velocidades aceleradas, arrastando-nos a uma atmosfera irrespirável. Porém, ao mesmo tempo que essas linhas podem nos estrangular, até mesmo nos levar à morte ou a loucura, elas podem nos levar à vida como potência, produzindo formas singulares de existência. Nesse caso, não basta apenas uma abertura do corpo ao Fora, é preciso transfigurar aquilo que acontece em novas possibilidades de vida. Isso diz de uma prática, de uma ação, de uma ativação do pensamento. Logo, a relação com o Fora, enquanto experiência, produz movimentos de diferenciação, quando um estado de coisas se transmuta numa ação capaz de criar modos de viver e pensar mais afirmativos.

Diante disso, "como atingir esta política, esta guerrilha completa?" (Deleuze, 2010, p. 161). Talvez a prudência seja um elemento a ser considerado nos modos de produção de si, já que são muitos os perigos existentes na relação com o Fora, conforme vimos. Prudência no sentido de uma atenção precisa que nos orienta na gradação da abertura do corpo às forças do Fora, levando sempre em consideração o aumento ou a diminuição da potência de agir. Trata-se, então, de um poder de avaliação guiado por critérios que possibilitam à vida se expandir, se intensificar e se reinventar. Daí a importância, segundo Romagnoli (2016), de se avaliar as linhas

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

de força em jogo, discernindo as forças que nos paralisam e as que nos potencializam, como outras tantas que nos afetam.

Ao tomarmos a relação com a experiência do Fora na perspectiva de uma prática que subverte o domínio da interioridade, somos levados a colocar o problema da clínica e do sofrimento em ressonância com o plano das forças e intensidades, na medida em que o Fora sugere a criação de novos sentidos existenciais, abertura para a diferença. Tal experiência implica numa abertura do pensamento para novas perspectivas, outras relações, pois não se trata mais de atribuir um princípio de causalidade, uma interioridade, ou mesmo de contrapor duas polaridades interior e exterior.

## 6. Abrindo frestas

A partir das ideias expostas, pode-se dizer que a noção do Fora permite colocar em relação as práticas do espaço urbano e a do consultório privado. Ou seja, à medida que a clínica é atravessada pelas linhas do Fora, um plano de intensidade irrompe, dando espaço para que modos de vida singulares possam emergir. Nesse sentido, uma clínica potencializadora de vida, que afirma a produção da diferença, se dá quando ela se abre à experiência do Fora.

Apesar dos coletivos Clínica de Cuidado e Psicanálise na Praça Roosevelt trabalharem com públicos diferentes, são inúmeras as linhas de morte que incidem cotidianamente sobre os corpos, tanto os dos povos da floresta quanto os dos cidadãos, provocando neles uma forma de adoecimento que advém da separação das forças vitais. Há, portanto, uma dimensão política no sofrimento que precisa ser considerada nesse processo de adoecimento, caso contrário corre-se o risco de confiná-lo em categorias diagnósticas, bem como reduzi-lo a um trauma familiar. Essas operações acabam por anular a dimensão singular do sofrer, enclausurando-o em modelos absolutos e, com isso, diminuindo a possibilidade de germinação de outros modos de existência.

Para compreender o fazer dessas experiências forasteiras, acho interessante retomar aqui o aspecto da estrangeiridade que a palavra forasteiro carrega em sua acepção. O forasteiro, conforme essa perspectiva, é aquele que pertence a outra região, a outra parte do país, até mesmo, a outra nação. De certo modo, o clínico, em ambas as experiências, se torna um forasteiro, ao exercer uma clínica num lugar ao qual ele não pertence e/ou conhece. Talvez essa questão seja mais evidente na intervenção no Xingu, em Altamira, pelo fato de a equipe da Clínica de Cuidado se mover de uma cidade e se instalar, durante quinze dias, num território completamente desconhecido e distante. Aliás, não era difícil notar que éramos estrangeiros na Amazônia paraense, pois não só os sotaques se diferenciavam dos que viviam ali, mas também as vestimentas, os gestos, as percepções, os hábitos e costumes. O interessante é que essas diferenças, postas desde o início, não se tornaram um empecilho para o trabalho clínico acontecer, tampouco impediram que um campo de afetos se instaurasse entre a equipe e os atendidos. De fato, foi surpreendente notar a relação de confiança que estes estabeleceram conosco.

Já na Praça Roosevelt, por mais que alguns dos analistas do coletivo sejam de São

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

Paulo, ainda assim pode-se pensar que nos tornamos clínicos-forasteiros, na medida que nos instalamos num lugar que possui certa dinâmica e ritmos que lhe são próprios. Ou seja, antes mesmo de habitarmos a praça, nas manhãs de sábado, esse lugar já era povoado por diversas pessoas, de diferentes maneiras. Logo no início, não era raro perceber o estranhamento de alguma delas em relação à presença do coletivo, principalmente em relação ao uso das cadeiras de praia. Hoje, depois de dois anos e meio de trabalho, tenho notado uma proximidade maior do coletivo com o território e vice-versa, inclusive, isso tem nos ajudado a estabelecer vínculos com diferentes grupos e pessoas que ocupam o espaço, produzindo outros modos de se relacionar na praça e com ela.

Mas a aceção da palavra forasteiro traz também um outro aspecto, que se refere à ideia de fora dos limites do consultório. Uma prática clínica que se faz fora das quatro paredes do consultório está completamente exposta às interferências da vida urbana, desde os ruídos, cheiros e ritmos, além da violência e das mazelas sociais, até os encontros que fazem proliferar a diferença. Ou seja, numa clínica forasteira não há uma proteção ou circunscrição em relação ao cotidiano urbano e, por isso, ela se mantém sempre aberta ao acaso, às imprevisibilidades, aos acontecimentos que se dão na cidade, sem ter ou pretender ter nenhum tipo de controle sobre eles.

Uma clínica forasteira é porosa ao que está ao seu redor, uma vez que incorpora em seu setting não só os elementos que fazem parte da vida do lugar, mas suas variações. Essa porosidade exige do clínico uma capacidade de se manter atento e sensível ao que se passa no espaço analítico, sem fechar-se aos fluxos de intensidades que povoam os lugares onde a clínica se exerce. O espaço urbano, neste caso, torna-se então um componente ativo na situação analítica, produzindo agenciamentos, conexões as mais diversas. Tanto na experiência do coletivo Clínica de Cuidado quanto do Psicanalistas na Praça Roosevelt o que se nota é a cidade se compondo e intervindo no espaço clínico de diferentes formas.

Algo interessante de se notar, em ambas as experiências, é que muito do que se escutou nos atendimentos aponta para um sofrimento relacionado aos modos de viver na cidade. No Xingu, por exemplo, o fato das pessoas serem arrancadas de suas terras e deslocadas para um lugar ao qual não pertenciam, e no qual tampouco se reconheciam, produziu nelas um sofrer, até mesmo, um adoecimento. Muitas delas, inclusive, viviam enclausuradas em suas casas nos RUCs, cheias de grades nas janelas e portas, por conta do medo e da insegurança que sentem em relação à vida urbana.

Já em São Paulo, não era raro escutar dos atendidos a dificuldade para sentir-se pertencendo à cidade, já que muitos deles vieram de outros lugares ou de outras regiões do país. Há também aqueles que sentem muito medo de se expor aos riscos da cidade e que, por isso, acabam vivendo confinados em suas casas. Em certa medida, muitos dos atendidos no Xingu e na Praça também são forasteiros, e a luta deles também consiste na construção de um chão onde seja possível permanecer, existir, enfim, aterrar-se.

E, atualmente, a partir dos atendimentos (online) na praça tem se percebido que o sofrimento das pessoas escutadas se relaciona à vulnerabilidade vivida no decorrer da pandemia. É claro que essa situação é vivida de maneira singular para cada um,

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

inclusive, milhares de pessoas não tiveram o privilégio de permanecerem reclusas em suas casas. Contudo, o que se notou é que para algumas pessoas o isolamento social propiciou uma espécie de clausura de si. Ou seja, à medida que os espaços sociais se reduziram, restringindo os encontros aos ambientes virtuais, os conflitos intrapsíquicos ganham um destaque no cotidiano e, com isso, perde-se o contato com o que se passa “lá fora”. Nesse caso, o ego se expande e aumenta seu território— fecha todas as janelas e frestas, impedindo a realização de saídas e de movimentos para fora de si.

Contudo, é de se notar também que as sessões de análise, nesse momento, têm sido bastante intensas e profundas. Talvez, no instante em que os mecanismos de defesas dão uma trégua, brechas se abrem e lugares outros possam ser experimentados. Enfim, não seria esse um dos efeitos do exercício de uma clínica forasteira? Pois, a aposta que se faz é que tanto o analista quanto o analisando se favoreçam pelos efeitos desta clínica à medida que a experiência analítica envolve um processo de perda de si, de decomposição subjetiva, ou seja, num movimento que lança ambos para fora de si.

## REFERÊNCIAS

- BRUM, E. Vidas barradas de Belo Monte. Uol Notícias, 18 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/noticias/especiais/vidas-barradas-de-belo-monte.htm#ser-rico-e-nao-precisar-de-dinheiro>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. Programas compensatórios: seduções capitalistas? Rio de Janeiro: UFF, 2005. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto27.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2018.
- DELEUZE, G. Conversações. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DELEUZE, G. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- GAGNEBIN, J.-M. Lembrar, escrever, esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2016.
- GONDAR, J.; ANTONELLO, D.F. O analista como testemunha. Psicologia USP, n. 1, vol. 27, p. 16-23, 2016.
- KATZ, I; BRUM, E; DUNKER, C. Refugiados de Belo Monte. 2016. Disponível em: <<https://www.catarse.me/refugiadosdebelomonte>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- KATZ, I; DUNKER, C. Clínica de Cuidado nas margens do Rio Xingu: uma intervenção psicanalítica junto à população ribeirinha atingida por Belo Monte. In: ENCONTRO: CLÍNICAS REPUBLICANAS E DEMOCRÁTICAS, CLÍNICAS PÚBLICAS E ABERTAS. São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae, 2017. Disponível em: <[http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos\\_comunicacao/CLINICADOCUIDADO.pdf](http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos_comunicacao/CLINICADOCUIDADO.pdf)> Acesso em: 10 out. 2020.
- KHEL, M. R. Ressentimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.
- PELBART, P.P. Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- PERRELLA, A.C. A experiência de uma clínica forasteira. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica)- Núcleo de Estudos da Subjetividade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo. 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br>

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

[br/bitstream/handle/22095/2/Ana%20Carolina%20Perrella.pdf](https://bitstream/handle/22095/2/Ana%20Carolina%20Perrella.pdf). Acesso em: 01 out. 2020.

ROSA, M. D. *Psicanálise, Política e Cultura: A clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento*. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica)- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015.

ROLNIK, S.B. *Toxicômanos de identidade*. In: LINS, D. *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Campinas: Papyrus, 1997. p. 19-24.

ROMAGNOLI, R. C. *A invenção como resistência: por uma clínica menor*. *Vivência*, n. 32, p. 97-107, 2007.

#### Vídeos

COLÓQUIO "A Psicanálise nos espaços públicos". Encontro realizado no dia 21 de março de 2018. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=S\\_FS\\_gjUpOE](https://www.youtube.com/watch?v=S_FS_gjUpOE)> Acesso em: 28 maio 2018.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.25 n.44  
Jul/dez 2020  
e-ISSN: 2179-8001

---

### **Ana Carolina Perrella**

Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP (2019), no Núcleo de Estudos da Subjetividade. Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC/MG (2011). Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2002). Psicanalista. Membro fundador e atuante no coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt.

Texto submetido em: 30/10/2020  
Texto publicado em: 19/12/2020

---

**Como citar:** PERRELLA, Ana Carolina. A experiência de uma clínica forasteira: algumas considerações. *PORTO ARTE: Revista de Artes Visuais*, Porto Alegre, RS, dez. 2020. ISSN 2179-8001.

DOI:<https://doi.org/10.22456/2179-8001.108805>.

---